



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 25.054.102/0001-10 DUNS®: 945118633
Razão Social: JR DECORACOES E COMERCIO EM GERAL LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 10/07/2025
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI: **Não**
Porte da Empresa: **Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	19/03/2025	Automática
FGTS	Validade:	11/12/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	21/05/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	17/02/2025
Receita Municipal	Validade:	10/02/2025

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: 25.054.102/0001-10 DUNS®: 945118633
Razão Social: JR DECORACOES E COMERCIO EM GERAL LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 925803 - BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A
Data Aplicação: 23/10/2019
Número do Processo: 0208/2019 Número do Contrato: 077/2018
Descrição/Justificativa: DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO N 077/2018, EM RAZÃO DA NÃO APRESENTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL, DE ACORDO COM O PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ART. 56 DA LEI N 8.666/93.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 60001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF
Data Aplicação: 13/06/2022
Número do Processo: 023045/19-00.11 Número do Contrato: 31/2019
Descrição/Justificativa: O Diretor de Administração do STM resolve aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA, por não ter apresentado documentos de habilitação quando solicitado pelo pregoeiro, com fundamento no art. 7ª da Lei nº 10.520/2002; art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e na excepcionalidade prevista no subitem 20.4 do Edital 31/2019.

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 30100 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RJ
Data Aplicação: 11/11/2024
Número do Processo: 2024-06052997 Número do Contrato: 2022-06092267
Descrição/Justificativa: ADVERTÊNCIA com fulcro nos artigos 87, inciso I da Lei nº 8.666/93 e art. 9ª da Lei nº 10.520/02. Motivo: Atraso na entrega do material. DJERJ de 24/10/2024, pág. 51.

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 253028 - COORD.DE VIG.DE PORTOS,AEROPORTOS E FRONT.SP
Data Aplicação: 05/12/2019
Número do Processo: 25759943281201973
Descrição/Justificativa: Atraso na entrega e colocação de insufilme na CRPAF-SP - ANVISA.

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 160088 - HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE BRASÍLIA
Data Aplicação: 22/04/2024
Número do Processo: 64576000670202470 Número do Contrato: PE 23/2022.
Descrição/Justificativa: Conforme publicação em BI Nr 65, de 05/04/2025, do(a) H Mil A Brasília. Aplicar a sanção administrativa de ADVERTÊNCIA à empresa JR DECORAÇÕES E COMÉRCIO EM GERAL LTDA, consonante ao Inc. I, Art. 87 da Lei N 8.666/93, pela falha na execução do contrato.

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 160050 - HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE
Data Aplicação: 31/10/2022
Número do Processo: 64579009643202271
Descrição/Justificativa: Em virtude de descumprimento contratual, por atraso da entrega de material da nota de empenho 2021NE567, conforme solução em processo administrativo, publicado no boletim interno nº 199, de 31/10/2022.

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Outros
UASG Sancionadora: 80019 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO
Data Aplicação: 29/08/2023 Valor da Multa: R\$ 2.522,08
Número do Processo: 0000032-58.2023 Número do Contrato: TRT 17.º Região 07/2023
Descrição/Justificativa: Em razão do atraso na entrega e instalação do objeto, e em face do silêncio da Contratada, foi aplicada esta penalidade, com fulcro no art. 87, II, da Lei n.º 8.666/93 c/c subitem 11.2.1.2.1, alínea "a", Cláusula Onze do Termo de Contrato TRT 17.º Região n.º 07/2023.

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Outros		
UASG Sancionadora:	80019 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO		
Data Aplicação:	29/08/2023	Valor da Multa:	R\$ 1.449,89
Número do Processo:	0001388-88.2023	Número do Contrato:	TRT 17.º Região 14/2023
Descrição/Justificativa:	Atraso na execução dos serviços, e em face do silêncio da Contratada, foi aplicada a penalidade multa, com fulcro no art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 c/c a alínea "a" do item 11.2.1.2.1 do Termo de Contrato TRT 17.º Região nº 14/2023.		

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	925480 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA		
Data Aplicação:	19/08/2022	Valor da Multa:	R\$ 1.297,50
Número do Processo:	0016457-84.2022		
Descrição/Justificativa:	O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, através da Diretora da Escola do Poder Judiciário de Roraima, no uso de suas atribuições e com fulcro no art. 2.º, IV, da Portaria GP n. 494/2021, aplico à empresa JR DECORACOES E COMERCIO EM GERAL LTDA, a penalidade de multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do item ou do serviço em mora, por dia de atraso, prevista no parágrafo primeiro, 'a' da Cláusula Décima Terceira do instrumento contratual, na forma do art. 86 da Lei n. 8.666/93.		

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	90006 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - CE		
Data Aplicação:	25/08/2022	Valor da Multa:	R\$ 1.860,00
Número do Processo:	1235-49.2022	Número do Contrato:	Empenho nº 2022NE000145
Descrição/Justificativa:	Aplicação da penalidade de multa de 10% sobre o valor contratual, em razão da inexecução contratual, através do atraso injustificado na entrega do objeto.		

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	30100 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RJ		
Data Aplicação:	11/11/2024	Valor da Multa:	R\$ 6.689,64
Número do Processo:	2024-06052997	Número do Contrato:	2022-06092267
Descrição/Justificativa:	MULTA ADMINISTRATIVA de 2% (dois por cento) sobre o valor referente ao Termo de Contrato de nº 003/406/2023, perfazendo o total de R\$6.689,64 (seis mil, seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), com fulcro nos artigos 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e 9ª da Lei nº 10.520/02. Motivo: Atraso na entrega do material. DJERJ de 24/10/2024, pág. 51.		

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	90006 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - CE		
Data Aplicação:	02/10/2023	Valor da Multa:	R\$ 19.818,78
Número do Processo:	3269-60.2023	Número do Contrato:	ARP nº 08/2022
Descrição/Justificativa:	Aplicação da penalidade de multa administrativa no percentual de 10% sobre o objeto contratado, pela inexecução contratual praticada pela Empresa em virtude do não cumprimento do prazo de entrega estipulado na Ata de Registro de Preços nº 8/2022-JFCE.		

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Outros		
UASG Sancionadora:	10001 - CAMARA DOS DEPUTADOS		
Data Aplicação:	21/08/2024	Valor da Multa:	R\$ 1.843,18
Número do Processo:	611763/2022	Número do Contrato:	Null
Descrição/Justificativa:	Multa moratória Portaria n 75/2024/DIRAD/Câmara dos Deputados. Atraso de 83 dias na entrega do produto descrito na Nota Fiscal n 1440, objeto da Nota de Empenho 2023NE001378. Processo n 1679297/2023 (da instrução da multa).		

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	925968 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO EST. ESPIRITO SANTO		
Data Aplicação:	08/07/2021	Valor da Multa:	R\$ 5.216,17
Número do Processo:	7005798572019	Número do Contrato:	ARP do PE014/2018
Descrição/Justificativa:	A gestão do contrato demonstrou a seguinte ocorrência censurável: atrasos e inexecuções relacionadas ao fornecimento e instalação de persianas e cortinas.		

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência:	Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª		
Motivo:	Falha ou fraude na execução do contrato		
UASG Sancionadora:	925814 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE TOCANTINS		
Âmbito da Sanção:	Estado		
Prazo:	Determinado		
Prazo Inicial:	23/06/2022	Prazo Final:	23/12/2022
Número do Processo:	21.0.000028699-8	Número do Contrato:	110 e 124/2022
Descrição/Justificativa:	Por haver deixado de cumprir com suas obrigações nos termos contratados.		



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS AMPLA

NOME / RAZÃO SOCIAL

JR DECORACOES E COMERCIO EM GERAL LTDA - CNPJ: 25.054.102/0001-10

AVISO

SEM DÉBITOS PENDENTES ATÉ A PRESENTE DATA: 14/08/2024

NOME / REQUERENTE

ROBS TAVEIRA DE ALMEIDA

FINALIDADE

PARA FINS DE DIREITO

CERTIFICAMOS que, com base nos arquivos mantidos no Sistema Tributário no Município de Juiz de Fora, **INEXISTEM** débitos vinculados ao nome e/ou CPF/CNPJ do contribuinte acima identificado junto aos órgãos da Administração Direta.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar débitos que venham a ser posteriormente apurados, de responsabilidade do contribuinte, inclusive em razão de incorreções e/ou omissões nos dados fornecidos, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

	INSCRIÇÃO	ENDEREÇO / LOCALIZAÇÃO	NÚMERO	BLOCO	APTO
CMC	156.075/00-8	Rua OCTAVIO CORREA MAIA	00390		
CPF/CNPJ	25.054.102/0001-10	Rua OCTAVIO CORREA MAIA	00390		

Juiz de Fora (MG), Quarta-feira, 14 de Agosto de 2024.

Tania Mara Reis de Almeida





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7134-26C0-EF22-4AE9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



TÂNIA MARA REIS DE ALMEIDA (CPF 063.XXX.XXX-06) em 14/08/2024 11:07:49 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/7134-26C0-EF22-4AE9>

			SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS		
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Positiva com efeito de negativa			CERTIDÃO EMITIDA EM: 01/11/2024		
			CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 30/01/2025		
NOME/NOME EMPRESARIAL: JR DECORACOES E COMERCIO EM GERAL LTDA					
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002782280.00-00		CNPJ/CPF: 25.054.102/0001-10		SITUAÇÃO: Ativo	
LOGRADOURO: RUA OCTAVIO CORREA MAIA				NÚMERO: 390	
COMPLEMENTO:		BAIRRO: SANTO ANTONIO		CEP: 36071360	
DISTRITO/POVOADO:		MUNICÍPIO: JUIZ DE FORA		UF: MG	
Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que: 1. Constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); 2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005. Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.					
IDENTIFICAÇÃO		NÚMERO DO PTA		DESCRIÇÃO	
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos					
2024000816075817					